

## **DO LOCAL AO GLOBAL: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) E SUA ARTICULAÇÃO EM REDES**

**Ilse Scherer-Warren e Maria José Reis**

### ***Introdução***

A aceleração de processos de desenvolvimento, na segunda metade do século XX, se caracterizou, entre outros aspectos, pela instalação de mega-projetos de infra-estrutura, entre os quais a de barragens destinadas à produção de energia elétrica. Pesquisas nacionais e internacionais têm demonstrado que a instalação destas obras desencadeia processos sócio-ambientais de extrema complexidade, compreendendo tanto aspectos técnicos quanto sociais e políticos. Dentre seus múltiplos desdobramentos destaca-se a necessidade de uma reordenação territorial tendo em vista a instalação das hidrelétricas. Como parte desta reordenação inclui-se a necessidade de deslocamento compulsório das populações locais, uma vez que seus espaços tradicionalmente ocupados serão convertidos em reservatórios ou lagos artificiais, além da apropriação de seu entorno para diferentes atividades necessárias ao funcionamento dos novos empreendimentos. Por tudo isso, considera-se que se trata de um “campo de conflito” reunindo um conjunto de atores estruturalmente diferenciados, relacionados em um jogo de mútuas interações e confrontos. Movimentos sociais de resistência à instalação destas obras têm sido registrados nos mais diferentes contextos nacionais e internacionais, formando verdadeiras redes de atores sociais mobilizados em torno desta problemática. Este texto tem como objetivo, por um lado, reconstituir a trajetória da organização da Comissão Regional de Barragens (CRAB), que deu origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens, no vale do Rio Uruguai que logrou ganhos em relação às formas de compensação pelo deslocamento compulsório a que deveriam ser submetidas as populações locais, e mesmo em relação ao adiamento temporário ou definitivo de algumas das obras a serem instaladas na região. Por outro lado, tenta mostrar como este Movimento e outros similares no Brasil, inicialmente com configurações mais localizadas, se re-atualizaram política e estrategicamente no contexto de uma sociedade em redes, formando articulações políticas mais amplas (regionais, nacionais e internacionais) e mais diversificadas (com movimentos de outras

especificidades), dando origem ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em âmbito nacional . Estas articulações foram acompanhadas pela ampliação da base política e reivindicatória do MAB: da configuração de mobilizações anti-deslocamento para um movimento por conquistas de direitos da cidadania e por transformações na direção de uma nova concepção de desenvolvimento sócio-ambiental e de uma nova matriz energética.

### *A emergência do Movimento de Atingidos por Barragens, no Vale do Rio Uruguai*

A mobilização de agricultores familiares em relação à problemática da instalação de hidrelétricas, no vale do Rio Uruguai, localizado entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, teve início no contexto da redemocratização, no final da década de 1970.

A reação das populações atingidas por estes projetos, que já havia ocorrido em relação à instalação da hidrelétrica de Itaipu (GERMANI, 1982), permitiu, entre outros aspectos, o reconhecimento de que as implicações ambientais e socioculturais delas decorrentes, além de mal dimensionadas, foram tratadas pelo Estado brasileiro com relativa negligência e irresponsabilidade, na maioria dos casos conhecidos, como os de Sobradinho, Itaparica e Tucuruí.

No caso específico da instalação de 25 hidrelétricas (UHEs) no vale do Rio Uruguai, cuja proposta ficou popularmente conhecida como “Projeto Uruguai”, a situação não foi diferente. A forte reação de uma parcela significativa dos futuros “atingidos”<sup>1</sup> por este Projeto se antecipou, ao contrário de Itaipu, em relação ao início das obras, através de sua organização e mobilização, inaugurando um verdadeiro “campo de conflitos” entre os diferentes atores envolvidos. Na reconstituição da trajetória histórica deste campo, que realizaremos a seguir, será destacada, de início, a organização dos futuros atingidos através de articulações com diferentes mediadores políticos, em escala local e regional, conjugados no que veio a ser auto-designado inicialmente de Comissão Regional de Barragens e posteriormente de Movimento dos Atingidos por Barragens.

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma auto-designação assumida pelos pequenos produtores rurais através da constituição da própria Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), embora tenha sido inicialmente atribuída pela ELETROSUL à população a ser deslocada das áreas reivindicadas para a instalação de hidrelétricas (REIS, 1998, 2001 e 2006).

### ***A criação da “Comissão Regional de Atingidos por Barragens” (CRAB)***

A ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil) teve que enfrentar, na Bacia do Uruguai, logo que veio a público o inventário hidroenergético dessa Bacia, em outubro e novembro de 1979, uma forte reação das populações locais, constituídas, cerca de noventa por cento, por agricultores familiares.

Em dezembro desse mesmo ano, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi realizada uma primeira reunião para discutir a problemática em questão. Realizada na sede do município de Chapecó (oeste catarinense), contou com a presença de “pequenos produtores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representantes da CPT de SC e RS, agentes pastorais, vigários das Igrejas Católicas e Pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Sociólogos e Agrônomos da Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior” (FAPES, 1979). Entre outros encaminhamentos, nesta primeira reunião, o mais importante foi a criação de uma “Comissão de Barragens”, destinada a refletir sobre o que desde então foi definido como “um problema social” a ser enfrentado.

Outro aspecto que merece ser registrado é a possibilidade oferecida aos agricultores do Alto Uruguai, a partir deste primeiro evento, de entrar em contato com as experiências vivenciadas por outros produtores rurais em relação à implantação de hidrelétricas. Depoimentos sobre estas experiências foram prestados por agricultores expropriados para a implantação das hidrelétricas de Salto Santiago e Salto Osório, ambas instaladas pela ELETROSUL no Estado do Paraná, e posteriormente da UHE de Itaipu. Neste último caso, é indispensável registrar o surgimento do “Movimento Justiça e Terra”, igualmente iniciado pela CPT, em 1978, e que marcou o início da reação dos pequenos agricultores brasileiros à atuação governamental quanto às soluções para seu deslocamento compulsório, em decorrência da instalação de usinas hidrelétricas. De fato, tratava-se da utilização das estratégias tradicionais do setor elétrico<sup>2</sup>, apresentadas sob a ameaça, caso não fossem aceitas, de serem encaminhadas judicialmente (FAPES, 1979).

---

<sup>2</sup> De acordo com Vainer e Araújo (1990) foram utilizadas três estratégias básicas: a desinformação da população local, a perspectiva patrimonialista, ou seja, a “compensação” pela perda de terras apenas aos proprietários, e a negociação individual, impedindo, assim, a pressão corporativa dos futuros afetados pelo empreendimento.

No caso do Vale do Uruguai, a Comissão de Barragens sofreu sucessivas reestruturações através de articulações locais e municipais, já no início de sua atuação, em primeiro lugar em função da criação de comissões municipais e locais, passando a ser denominada de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). Em março de 1985 foram criadas quatro comissões regionais<sup>3</sup>, cada uma com a função de coordenar nas respectivas regiões o que passou a ser denominado de Movimento dos Atingidos por Barragens. Em 1986 foi criada uma quinta região (Roncador/Garabi), com a finalidade de estimular a organização dos agricultores familiares que seriam afetados por três usinas hidrelétricas binacionais (nos limites do Brasil com a Argentina) a serem implantadas igualmente no vale do Uruguai.

A configuração e a dinâmica da reação dos pequenos produtores ao Projeto Uruguai, sem sombra de dúvida, teve a ver diretamente com a atuação da CRAB e posteriormente do Movimento dos Atingidos por Barragens, no Vale do Rio Uruguai. Além das iniciativas em termos da organização do Movimento, várias outras foram encaminhadas para mobilizar os agricultores familiares e para pressionar a ELETROSUL em relação à problemáticas em pauta. Foi, assim, divulgada a notícia da implantação das hidrelétricas e desnaturalizadas suas implicações sócio-ambientais, contrapondo-se ao discurso do progresso e dos benefícios para a região, veiculado pela ELETROSUL, uma identificação de danos e perdas, especialmente para os agricultores ocupantes das áreas requeridas para os empreendimentos do Projeto Uruguai, identificando-os como vítimas, politicamente nomeadas de atingidos, constituindo-se em novos sujeitos políticos. Através da atuação das lideranças do Movimento foram buscadas e veiculadas informações sobre as conseqüências e magnitude do Projeto Uruguai; foram encaminhadas demandas e reivindicações; definidos inimigos e conquistados aliados, pressionando prefeitos e vereadores a se posicionarem, batendo às portas das Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, recorrendo a Brasília, e encaminhando às autoridades federais um abaixo-assinado de mais de um milhão e meio de assinaturas; foi também o Movimento que ao adquirir visibilidade, organizou grandes romarias e outras manifestações públicas; publicou um jornal - a “Enchente do Uruguai”; assumiu programas de rádio e criou fatos políticos

---

<sup>3</sup> Itá/Machadinho; Itapiranga/Irai; Lages/Vacaria; Chapecó/Chapecozinho.

como a retenção de técnicos da ELETROSUL, a invasão de acampamentos nos territórios ocupados por essa Empresa e a arrancada de marcos colocados pelos técnicos. Foi, ainda, através da atuação do Movimento que se estabeleceram os termos do “Acordo”, em 1987, firmado entre as partes interessadas, em relação às soluções para a retirada dos atingidos da área, incluindo entre elas o reassentamento de atingidos não-proprietários de terras.

Estas e outras iniciativas do Movimento dos Atingidos, no vale do Rio Uruguai, ocorreram através da presença e da articulação com diferentes mediadores políticos, especialmente a Igreja Progressista e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, cujas marcas, como veremos a seguir, são perceptíveis ao longo de toda sua trajetória.

### ***O papel de diferentes mediadores na constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens, no vale do Rio Uruguai***

O Movimento dos Atingidos contou, desde seu início, além do envolvimento de agentes pastorais da Igreja Católica e da Igreja Protestante de Confissão Luterana, com a presença e a adesão de bispos de várias dioceses da região do vale do Rio Uruguai . Além da participação direta ou indireta de sua hierarquia e a atuação politicamente engajada dos demais agentes pastorais, alertando nos púlpitos e outros espaços religiosos como as "Comunidades Eclesiais de Base" (CEBs),<sup>4</sup> sobre as conseqüências da instalação de hidrelétricas na Bacia do Uruguai, a presença da Igreja foi decisiva, também, para mobilizar e organizar os pequenos produtores rurais para a problemática em questão, de diversas outras maneiras: colocando à disposição sua infra-estrutura física para a realização de eventos, tais como cursos e assembléias etc., e intermediando a obtenção de recursos financeiros até mesmo internacionalmente (ROTHMAN, 1993 e 1996). Mas, sobretudo, foi indispensável por sua atuação político-pedagógica voltada para a formação de lideranças. Essa formação foi levada a cabo pela “Escola Diocesana de Servidores de Erechim” (ESC), pela Pastoral da Juventude (PJ), e pela Comissão Pastoral da terra (CPT).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Como afirmou uma das lideranças da CRAB em entrevista realizada pelas autoras (1988), “as CEBs coincidem com os limites das comunidades rurais tradicionais”, constituindo-se em um conjunto de “Círculos Bíblicos” ou “Grupos de Reflexão”.

<sup>5</sup> A ESC foi fundada em 1973, em Erechim (RS), cidade onde está sediada a CRAB desde seu início. Passou, a partir de 1978 (MORAES, 1994), a fornecer cursos para a formação de lideranças, sendo através delas desencadeado um processo de “renovação” nas comunidades coloniais tradicionais. A atuação da

Em decorrência do trabalho mobilizador das lideranças preparadas pela Igreja Progressista (DOIMO, 1995), signos de linguagem como “a caminhada”, o “povo oprimido” e a “libertação” foram presenças constantes no discurso referente à problemática em pauta, especialmente através da fala de seus agentes em grandes manifestações pública. A politização da problemática das barragens através da mediação de agentes religiosos manifestou-se, por outro lado, na apropriação e ressemantização de símbolos cristãos, como é o caso da utilização de cruzeiros para substituir os marcos colocados pela ELETROSUL para definir as áreas a serem alagadas, retirados através de rituais realizados em diferentes localidades da Bacia do Uruguai, ou ainda, através de sua presença no logotipo do próprio Movimento, sendo tematizada, também, em cânticos entoados nas celebrações religiosas.

A partir de meados da década de 1980, a formação de lideranças rurais no Alto Uruguai foi prioritariamente assumida pelas Escolas Sindicais. Em decorrência das várias articulações realizadas nos estados do Sul e do crescimento de suas atividades foi mantida, entre 1985 e 1987, a “Escola Sindical Margarida Alves” (ESMA), por onde passaram muitos dirigentes dos movimentos sociais do Alto Uruguai. Os conteúdos da formação de lideranças rurais repassados pela ESMA estavam voltados para a perspectiva da transformação social, na direção da construção de uma nova sociedade. Conforme Moraes, ela orientava na perspectiva da conscientização para um projeto externo e muito mais amplo de transformação da sociedade capitalista em socialista. Aproximava-se, assim, mais do perfil de um partido político, perfil que, na verdade, deveria orientar a concepção de movimento social (MORAES, 1994, p. 172),<sup>6</sup> inclusive o da CRAB, como veremos adiante.

No início de 1987 foi criada a “Escola Sindical Alto Uruguai” (ESAU), com a finalidade de implementar a formação dos movimentos populares, urbanos e rurais da região em questão, além de três outras do Rio Grande do Sul, com modelo organizativo e

---

Pastoral da Juventude visava, do mesmo modo, uma “formação libertadora”, através da realização de cursos como o TAPA (Teologia e Ação Pastoral), tendo como principal objetivo mobilizar politicamente os jovens para analisar “as questões que aconteciam não só nas comunidades, mas na realidade social”. (MORAES, 1994, p.151). A atuação da CPT visava, também, a preparação político-pedagógica dos pequenos agricultores, realizando seus “mutirões de formação”, ou seja, de preparação para a luta política.

<sup>6</sup> Como afirma Navarro (1996), havia antes mesmo da criação da ESMA uma forte identificação entre as lideranças do “novo sindicalismo”, no Alto Uruguai, e a formação dos diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores (PT).

projetos políticos similares ao da ESMA (MORAES, 1994, p.183). Contudo, como informa esta autora (op.cit., p.206), no início dos anos 1990, uma vez que as escolas sindicais estavam distanciadas da realidade imediata e das demandas específicas dos movimentos sociais, o trabalho de formação foi deixado para as “instâncias”, ou seja, os próprios movimentos ou organizações, o que já vinha sendo realizado pelo Movimento dos Sem-Terra e iniciado, inclusive, pelo próprio Movimento dos Atingidos por Barragens, no vale do Uruguai.

Esta reorientação no modo de conduzir as tarefas de formação também alterou a relação com outros mediadores, ou seja, as entidades de apoio como o “Centro de Educação Popular” (CEPO)<sup>7</sup>, fundado em 1986, e o “Centro Vianei de Educação Popular”, criado pela Diocese de Lages (SC). Por outro lado, no mesmo ano da criação do CEPO foi instalado no Alto Uruguai o “Centro de Tecnologia Alternativa” (CETAP), em um encontro organizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). O Centro foi criado com os objetivos de difundir técnicas que se adaptassem à pequena propriedade, prestar serviço de assessoria na área tecnológica às organizações e movimentos ligados à pequena propriedade e treinar e capacitar técnicos e produtores.

O papel das assessorias técnicas, entre as quais se incluía a presença de especialistas de diferentes áreas de conhecimento (agrônomos, sociólogos, geógrafos, advogados etc.) foi fundamental para capacitar o Movimento dos Atingidos a lidar com um amplo conjunto de demandas e questões que a desafiavam a transitar pelo universo da política energética, pelos aspectos técnicos relativos à construção de usinas hidrelétricas e suas conseqüências sócio-ambientais, ou pelo planejamento e instalação de projetos de assentamentos rurais.

É indispensável destacar, contudo, que as mudanças que marcaram a passagem da maior presença da mediação da Igreja Progressista para a do sindicalismo, no Movimento das Barragens, não ocorreram em bloco e ao mesmo tempo, nem ao menos no mesmo ritmo em toda a região. Foram, entretanto, os mesmos agentes que freqüentaram Escola Diocesana de Servidores de Erechim (ESC) que, em sua grande maioria constituíram o

---

<sup>7</sup> O CEPO que foi destinado a exercer tarefas tais como a formação de lideranças, a preparação de material para comunicação - inclusive o Jornal "A Enchente do Uruguai" - e a intermediação para a obtenção de recursos financeiros do exterior (SCHERER-WARREN; REIS, 1989), concentrou-se, então, na prestação dos demais serviços e menos nas tarefas de formação.

público privilegiado das escolas sindicais. Por outro lado, foram eles mesmos que organizaram as oposições sindicais, iniciaram o Movimento dos Sem-Terra, criaram as Comissões de Barragens e o Movimento das Mulheres Agricultoras (SCHERER WARREN; REIS, 1989), e neles atuaram, por vezes simultaneamente, tornando-se, ainda, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), membros e até candidatos do Partido dos Trabalhadores. Atuaram, portanto, ao longo de suas histórias particulares em vários desses movimentos e instituições, carregando consigo as marcas de sua formação e diferentes experiências vivenciadas por onde passaram atuando politicamente.

Os reflexos da transformação da CRAB de “serviço”, como propunha a Igreja Progressista, em “movimento” ocorrida, na prática, a partir de 1985, intimamente associada à predominância de princípios organizativos propostos pelo sindicalismo combativo, tornaram-se evidentes através de uma maior concentração do poder de decisão nas mãos de um grupo dirigente. Como parte dessa postura vanguardista ocorreram modificações na perspectiva do Movimento quanto aos objetivos de sua atuação e da própria luta política. No primeiro aspecto, tratava-se, de promover a consciência política nos pequenos produtores rurais. No segundo, de promovê-la no sentido de reconhecer sua condição de trabalhadores rurais, ameaçados de perder a terra. Significou, ainda, um progressivo afastamento das práticas e representações simbólicas inspiradas no universo religioso praticamente hegemônico no período anterior, marcado pela intermediação da Igreja Progressista.

Em termos práticos, as mudanças na organização do Movimento desembocaram em propostas relativas ao deslocamento compulsório a que seriam submetidos os atingidos, firmadas através do “Acordo” entre a ELETROSUL e o Movimento dos Atingidos, em relação aos produtores familiares a serem deslocados pela hidrelétricas Itá e Machadinho, incluindo a possibilidade de indenizações financeiras, troca de terra por terra e o reassentamento, de modo especial dos não proprietários de terra, sem dúvida a maior conquista do Movimento até aquele momento.

*Articulando o local e o global: atores em rede*



Veremos, a seguir, como as resistências locais de atingidos pelas barragens de várias partes do Brasil, foram gradativamente se articulando com movimentos congêneres de outras regiões, articulando-se nacionalmente com grupos identitários, criando um movimento nacional, e estabelecendo redes estratégicas com movimentos de outras especificidades e sendo receptivos a intercâmbios internacionais.

A segunda parte da década de 1980 foi marcada por dois importantes fenômenos de re-estruturação das relações sociais: o da re-democratização dos países latino-americanos e o da globalização. Neste cenário, as formas de resistências e os movimentos sociais caminham para novas formas de relacionamento: a articulação em redes mais amplas, buscando empoderamento e visibilidade na esfera pública.

As formas de resistência dos atingidos por barragens que se caracterizaram, durante o regime ditatorial no Brasil, por reivindicações por reassentamentos ou indenizações justas por suas terras (casos das barragens de Sobradinho, Moxotó e Itaipú), assume configurações mais politizadas a partir do processo de re-democratização (como em Itaparica e na Bacia do Uruguai).

Em Itaparica, na década de 1980, os atingidos já iniciam um processo de articulação com movimentos semelhantes em outras regiões do país (Pandolfi, 1986). O Movimento dos Atingidos pelas Barragens, na Bacia do Uruguai, organizado em torno da CRAB, amplia o processo articulatório e a diversidade na demanda por direitos. Associa, assim, a luta pela compensação de perdas materiais com a luta pelo reconhecimento sócio-cultural das populações atingidas e reparação pelas intervenções forçadas na reprodução histórica de suas culturas, seus modos de vida e sobre o meio ambiente. No campo da articulação de atores, a CRAB participou em junho de 1988, em São Francisco (Califórnia), da criação da Rede de Ação Internacional pelos Rios (Internacional Rivers Network) (DALLA COSTA, 1988, apud ROTHMAN, 1993). Esta rede reivindica, dentre outros, os direitos dos atingidos participarem tanto do planejamento como dos benefícios dos projetos energéticos, de resolução dos problemas sociais pendentes de barramentos anteriores, a garantia de que as novas barragens não provoquem impactos negativos ao meio ambiente (Scherer-Warren, 2005, 3. ed). Portanto, a idéia de planejamento participativo de cunho popular começa a vigorar a partir de iniciativas dessa natureza.

Logo após, em abril de 1989, a CRAB foi uma das principais organizadoras do I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, realizado em Goiânia. Este encontro tenha por objetivo promover a troca de experiências e informações e implementar redes de solidariedade entre os atingidos das várias regiões com projetos de represas. Na análise de Bartolomé (2001, p. 46), o relativo maior poder organizativo da CRAB, quando comparado a outros grupos de resistência, é fruto de sua inserção num processo articulatório mais amplo, que incluía organizações dos sem-terra, das Igrejas, de grêmios e mesmo de partidos políticos: “a CRAB pode assim encontrar uma textura organizacional receptiva e fértil, dentro da qual se inseriu desde o primeiro momento”. Essa sinergia entre atores políticos diversos, do campo da solidariedade a construção de um objetivo comum para o movimento de resistência, é também destacado pelo autor (p. 49):

“Es importante advertir que no estoy insinuando que la CRAB y otras organizaciones similares sean “criaturas” de la Iglesia Católica y de las ONGs, o que sus demandas funcionen como “un frente” para la expression de las de otros sectores de la sociedad brasileña. Pero es igualmente cierto que la creación de una organización como la CRAB y particularmente su inserción en un sistema nacional e internacional, hubiera resultado difícilmente posible sin el masivo aporte de energía provisto por la Iglesia Católica y otras organizaciones “externas”.

No período da re-democratização, especialmente nos anos de 1980-90, os mediadores, tais como as pastorais (especialmente a Comissão Pastoral de Terra – CPT), alguns sindicatos combativos, as ONGs a serviço do movimento popular e os centros de educação popular, desempenharam um papel relevante na formação política nos movimentos de base que estavam emergindo após o período ditatorial, os quais contribuíram para transformar os sentimentos de carência e de exclusão relativa numa consciência sobre o “direito de ter direitos” e de participar no rumo de seu destino social, não aceitando passivamente prescrições externas autoritárias, mesmo que estatais. Desta maneira, os movimentos começaram a considerar como legítimas várias formas de desobediência civil, desde que essas fossem consideradas como expressão de justiça social. No caso da CRAB a prática de ocupação de canteiros de obra ou de retirada de marcos para a construção das barragens passou a ser uma prática considerada legítima pelo Movimento dos Atingidos, a partir de uma concepção de resistência ativa não-violenta<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Para outros desdobramentos, vide o capítulo III “Novos movimentos sociais, a construção da democracia e o papel dos mediadores, in: Scherer-Warren, 2005, pp. 49-64.

O caso brasileiro mais significativo de empoderamento a partir das bases organizacionais foi do Movimento Sem Terra (MST), que se organizou como movimento nacional a partir de meados da década de 1980, passando posteriormente a ser uma referência à organização de vários movimentos sociais, inclusive um parceiro político relevante do movimento contra as barragens. De fato, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como movimento nacional, apenas surge em 1991, por ocasião do I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens. O MAB teve, inicialmente, sua sede em São Paulo e, posteriormente, em Brasília.

Na condição de movimento nacional, o MAB ampliou suas articulações políticas e, respectivamente, vai transformando sua pauta de lutas numa pauta mais abrangente, inclusiva de interesses e demandas de outros segmentos da população, igualmente em situações de carência. O movimento passa, assim, a compreender e estimular três frentes principais de ação: 1 – a continuidade ao ativismo de base, isto é, a resistência dos atingidos nas suas comunidades, suas regiões, nas barrancas dos rios ou nos canteiros de obras das hidrelétricas; 2 – as articulações políticas nacionais e internacionais, para empoderar-se por meio de redes de movimentos<sup>9</sup>, através da participação num número crescente de fóruns como o Fórum Nacional da Reforma Agrária; em redes inter-organizacionais como a Inter-Redes<sup>10</sup> e a Via Campesina; em articulações mais amplas como a Consulta Popular, a Semana Social Brasileira, a Assembléia Nacional Popular; em articulações transnacionais como o Fórum Consultivo da Comissão Mundial de Barragens e no Committee on Dams, Rivers and People<sup>11</sup>, dentre outras; 3 – as mobilizações ou protestos em praça pública, para criar visibilidade na mídia e na esfera pública e pressionar os organismos estatais, como foi a primeira Marcha nacional, organizada pelo MAB, “Águas pela Vida”, que percorreu o trecho entre Goiânia e Brasília de 13 a 28 de maio de 2004<sup>12</sup>, contando com a participação de atingidos por barragens, pequenos agricultores, sem terras, índios, pescadores, ribeirinhos e quilombolas. Esta terceira forma de ação conjuga as duas primeiras: o protesto

---

<sup>9</sup> Maiores detalhes sobre esse conceito, vide em Scherer-Warren, 2006.

<sup>10</sup> Vide a esse respeito, Scherer-Warren, 2007 (no prelo).

<sup>11</sup> Vide a esse respeito, Vainer, 2004.

<sup>12</sup> Dia 14 de março é considerado o Dia Internacional de Luta contra as Barragens.

público e o processo articulatório. Desta forma amplia-se a base mobilizatória e a agenda das demandas.

A partir deste encaminhamento político é que o MAB torna-se um elo importante de um movimento com o objetivo de pressionar para a formulação de políticas sociais e públicas direcionada a um projeto de nação, fruto de uma ampla articulação em rede dos movimentos sociais populares do Brasil e inclusive com apoio de movimentos congêneres latino-americanos. A Marcha acima foi encerrada com um acampamento, ocasião em que foi instalada uma Frente Parlamentar em Defesa dos Atingidos por Barragens<sup>13</sup>

Na mesma linha de posicionamento político, o MAB, em fevereiro de 2003, havia entregue ao Ministério de Minas e Energia uma pauta de reivindicações compreendendo duas dimensões de abrangência: uma em prol da solução dos problemas sociais deixados pelas barragens já construídas, como a necessidade de fornecimento de alimentação às famílias que estão passando fome, porque foram removidas de suas terras, sua principal fonte de renda; outra, sugerindo mudanças estruturais do modelo energético brasileiro. O “Dossiê: ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro” (MAB, 2004), sintetiza de forma inequívoca as três dimensões que o Movimento dos Atingidos foi desenvolvendo em sua trajetória, isto é, a de reparação das conseqüências sociais negativas para as populações atingidas pelas barragens; as conseqüências no meio ambiente impactado pelas obras das hidrelétricas; as conseqüências de um modelo de planejamento energético e a necessidade de modificações nesse modelo. No Dossiê também fica explicitado a articulação do MAB com o movimento popular brasileiro desse novo milênio, comprometido com os mais excluídos e com um novo projeto de desenvolvimento, conforme apresentado de forma conclusiva no documento<sup>14</sup>:

“Entendemos que possuímos uma oportunidade histórica para melhorar a vida do povo brasileiro, em especial as camadas mais pobres. Por isso, temos clareza que a mudança do modelo de desenvolvimento de nosso país só vai acontecer se for enfrentada com firmeza a luta pela mudança do setor energético... Para isso reafirmamos nossa posição e exigimos do governo brasileiro a formulação de uma política energética que:

- Suspensa os subsídios aos grandes consumidores e não renove seus contratos, em particular das

---

<sup>13</sup> Cf. MAB, Edição Especial do Informativo do Movimento dos Atingidos por Barragens, 2004.

<sup>14</sup> Cf. consta do [Portal de Informações Ambientais - Coalizão Rios Vivos](http://www.riosvivos.org.br/), (http://www.riosvivos.org.br/), dez. 2006.

- indústrias eletrointensivas;
- Garanta a água e energia, dois bens estratégicos para nossa soberania, sob controle e a serviço do povo brasileiro. Entendemos que é preciso parar com a privatização e a mercantilização do setor, principalmente no que diz respeito a água, energia e a biodiversidade;
  - Garantia de energia elétrica e água para todas as famílias do país;
  - Contemple a participação da população previamente informada em seu planejamento, decisão e execução;
  - Que nenhuma barragem seja construída sem o consentimento prévio e informado das populações atingidas;
  - Execute as dívidas das empresas elétricas privatizadas e retome o controle público estatal sobre o setor;
  - Priorize as questões sociais e ambientais. Resgatando a dívida social e ambiental do setor nas barragens construídas e em construção, através da reparação das perdas das populações atingidas;
  - Corrija as distorções existentes no setor energético, acabando com os desperdícios na transmissão, distribuição e consumo de energia;
  - Priorize investimentos em pesquisa, no desenvolvimento e na implementação de fontes energéticas alternativas, respeitando critérios de economicidade e sustentabilidade ambiental;
  - Tenha uma política de preços, com baixo custo ao povo brasileiro, em especial aos trabalhadores de baixa renda.”

Pode-se observar, ainda, como estão sendo contemplados uma série de princípios que vêm sendo construídos pelas articulações dos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos, também em conjunção com estratégias políticas estabelecidas a partir dos movimentos anti-globalização e dos respectivos Fóruns Sociais Mundiais, a se destacar: controle social dos bens comuns pela cidadania; controle estatal dos bens comuns estratégicos para a soberania e não privatização dos setores relacionados a produção e distribuição desses bens; prioridade às populações mais pobres e excluídas; planejamento com participação das populações diretamente envolvidas nos projetos públicos. Portanto, as necessidades das bases do MAB são elementos constitutivos e integrados a um projeto de nação mais amplo, construído de acordo com a proposta política de um Projeto Popular e na articulação com um Movimento Popular Brasileiro, representado pela Consulta Popular, pela Coordenação dos Movimentos Sociais e, mais recentemente, pela Assembléia Nacional Popular, e em aliança com redes latino-americanas e mundializadas de movimentos sociais, cujo caso mais emblemático é a Via Campesina. Conforme as palavras do coordenador do MAB, Marco Antônio Trierveiler:

O grande salto do movimento foi compreender que a correlação de forças com estes setores (refere-se às multinacionais) é desvantajosa, e por isso é fundamental a articulação das redes sociais...Conseguimos de fato concretizar a Via Campesina (rede internacional de movimentos

camponeses que hoje congrega, segundo seus dirigentes, mais de 100 milhões de trabalhadores rurais de todo o mundo), com a integração do MST, do MAB, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), etc. O MAB deu um salto de qualidade. Ou seja, éramos um movimento que brigava por seus direitos, mas hoje considero que extrapolamos essa fronteira para o debate de um projeto mais amplo de país. (Glass, 2004).

Essa nova forma de ser movimento, produto dos processos articulatórios mencionados, implica na incorporação das diversidades sociais, nem sempre isenta de tensões, mas que são trabalhadas politicamente com vistas a construção de identificações possíveis que permitam alianças para lutas conjuntas no campo dos direitos. No II Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, realizado em Curitiba, em março de 2006, sob o mote “Água e energia para a soberania do povo brasileiro”, que contou com a presença de militantes de 15 estados brasileiros, o respeito e o reconhecimento das diversidades, especialmente no campo cultural, foi incorporada na agenda. Alexandre Borba da Silva, coordenador do coletivo de mística e cultura do encontro, se manifesta, acrescentando que

“dentro do MAB, como movimento nacional, trabalhamos a construção da unidade a partir da diversidade...Sabemos também que a cultura está intimamente ligada ao modo que as pessoas produzem. Na base de nosso movimento existem camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, garimpeiros. Isso também faz parte da diversidade cultural, do modo como se relacionam com a terra, o rio, as pessoas”. (Redlar, 2006).

Esse encontro das diversidades se intensifica com a articulação do MAB com os movimentos sociais urbanos. Uma importante tônica do discurso do II Encontro foi a atenção dirigida à população urbana (especialmente os pobres), que passou a ser considerada com uma das grandes vítimas do atual modelo energético, pagando um preço pelo consumo de energia elétrica consideravelmente superior ao pago pelo setor industrial e que, por isso mesmo, passou a ser convocada para ações em conjunto. Conforme explica Joceli Andrioli, membro da coordenação nacional do MAB:

O MAB desafia interesses poderosos ao fazer o debate sobre o modelo energético... Os principais desafios são transformar o MAB em um movimento de massas com militância forte, aprofundar a autonomia frente os partidos e outras instituições, ter uma condução coletiva que não personalize e fortaleça dirigentes isolados, ... se articular com os movimentos urbanos e aprofundar as alianças internacionais. Isso tudo numa perspectiva de enfrentamento do capital e de seus agentes (Glass, 2006).

No que diz respeito a autonomia do Movimento em relação à esfera estatal, o MAB também acompanha a tendência dos movimentos populares brasileiros na atual conjuntura

política. A partir do primeiro governo Lula, alguns militantes apostavam que por meio de um projeto de chegada ao poder estatal, com apoio dos movimentos sociais, promover-se-ia uma transformação na direção de um novo projeto de nação. Como as conquistas de mudança de modelo de desenvolvimento não ocorreram e as conquistas sociais são ainda consideradas tímidas, começa a se fortalecer a tendência de um movimento cidadão mais crítico que valoriza a autonomia política dos movimentos na sua relação com o Estado e os partidos. Esses movimentos tratam de empoderar e capacitar a sociedade civil para participar na esfera pública estatal de forma renovada, negociando e colocando os interesses e reivindicações da sociedade civil, resguardando, porém, a autonomia de suas concepções, posicionamentos e reivindicações. Já não apostam num projeto de poder para controle do Estado, mas num projeto de controle social pela cidadania em relação às questões nacionais de interesse público<sup>15</sup>. O MAB compartilha dessa forma de se constituir enquanto sujeito e agente de transformação, apostando no empoderamento dos movimentos através de redes e alianças estratégicas.

Observamos, enfim, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, no Brasil, transitou nesses mais de 20 anos de existência de sua condição de movimentos localizados e com identidades restritas a sua condição de “atingido”, para a composição de redes regionais, nacionais e alianças internacionais, ampliando igualmente o leque de demandas, pelo respeito ao meio ambiente, pelo reconhecimento das diversidades culturais, pela transformação do modelo energético, de acordo com um projeto popular de nação, e pela efetiva participação popular nas decisões das coisas públicas.

### ***Referências bibliográficas***

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. *Combatiendo a Leviatan. La articulación y difusión de los movimientos de oposición a los proyectos de desarrollo hidroeléctrico em Brasil (1985-91)*. In: Balazote, A. O.; Catullo, M. R.; Radovich, J. C. (orgs.). *Antropologia y grandes proyectos em el Mercosur*. La Plata: Editorial Minerva, 2001.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ANPOCS, 1995.

FUNDAÇÃO ALTO URUGUAI PARA PESQUISA E ENSINO SUPERIOR (FAPES). *Relatório do Encontro sobre barragens*. Chapecó (SC), 1970.

---

<sup>15</sup> Maiores detalhes a esse respeito, em Scherer-Warren, 2007 (no prelo).

GERMANI, Guiomar. I. *Os expropriados de Itaipu*. Cadernos do PROPUR. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982.

GLASS, Verena. Movimentos sociais comemoram rearticulação das esquerdas no país. *Agência Carta Maior*. 28/12/2004.

GLASS, Verena. MAB quer população urbana na luta por mudanças. *Agência Carta Maior*. 17/03/2006.

MAB. Edição Especial do Informativo do Movimento dos Atingidos por Barragens, 2004.

MORAES, Maria Stela M. de. *No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990*. Tese (Programa de Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica (PUC). Rio de Janeiro, 1994.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: -----et al (Orgs.) *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1996.

REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas. In: Vários. *Lutas no campo*, 2006 (no prelo).

------. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e recriação dos espaços. In: REIS, M.J.; BLOEMER, N.M.S. *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: Cidade Futura/Ed. da UFSC, 2001.

------. *Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá*. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP), 1998.

ROTHMAN, Franklin. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens do Rio Uruguai, 1979-1983. In: Navarro, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

------. *Political process and peasant opposition to large hydroelectric dams: the case of the rio Uruguai movement in southern Brazil*. Tese (Sociology) Wisconsin, University of Wisconsin-Madison 1993.

REDLAR. [Acción antirepresas. Brasil: final do 2º Encontro Nacional do MAB.](http://www.redlar.org/cont/modules.php?name=News&file=article&sid=27) (http://www.redlar.org/cont/modules.php?name=News&file=article&sid=27), 19/03/2006

COALIZÃO RIOS VIVOS - Portal de Informações Ambientais, (<http://www.riosvivos.org.br/>), dez. 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 3a. ed.



SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, UNB, V. 21, n. 1, 2006, p. 109-130.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e democracia com diversidade. In: Vários. *Ciência, Política e Sociedade: as ciências sociais na América do Sul*, 2007 (no prelo).

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. As barragens do Uruguai: dinâmica de um movimento social. *Boletim de Ciências Sociais*, n. 42. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1986.

-----O movimento dos atingidos pelas Barragens do rio Uruguai: unidade e diversidade. Salvador: *Cadernos do CEAS*, n. 120, 1989.

VAINER, Carlos B. Água para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: Acselrad, H.; Herculano, S.; Pádua, J. A. (orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2004.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico G. B. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. *Revista Travessia*, n. 6, jan..abr., 1990.

